



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

LEI COMPLEMENTAR Nº 325, de 8 de dezembro de 2025.

Acréscita dispositivos e promove alterações na Lei Complementar nº 148, de 27 de agosto de 2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogado o parágrafo único e adicionados os seguintes dispositivos ao art. 1º da Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012:

Art. 1º [...]

§1º. O Departamento de Controle Interno é um órgão diretamente vinculado à Presidência da Câmara Municipal.

§2º. O Departamento de Controle Interno também será denominado Controladoria.

§3º. Para cumprir as finalidades do Sistema de Controle Interno, a Controladoria, como órgão central, executará as seguintes funções:

I - Controladoria: tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão governamental e propiciar a melhoria contínua da governança e da qualidade do gasto público, a partir da modelagem, sistematização, geração, comparação e análise de informações relativas a custos, eficiência, desempenho e cumprimento de objetivos da gestão;

II - Auditoria: função pela qual se avalia determinada matéria ou informação segundo critérios adequados e identificáveis, com o fim de expressar uma conclusão que transmita ao titular do Poder Legislativo Municipal e a outros destinatários legitimados, determinado nível de confiança sobre a matéria ou informação examinada, e que tem por finalidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 2

a) verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos órgãos e entidades do Poder Legislativo Municipal, sem prejuízo do regular exercício da competência dos demais órgãos;

b) avaliar o desempenho da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, segundo os critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade;

c) avaliar a adequação, a eficiência e a eficácia da organização auditada, de seus sistemas de controle, registro, análise e informação e do seu desempenho em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais.

III - Normatização: tem por finalidade assegurar que os processos sejam consistentes, transparentes e eficazes, bem como favorecer a comunicação e a interoperabilidade entre as diversas partes interessadas. Essa função envolve a criação de normas, instruções e orientações para orientar os servidores e otimizar a gestão, prevenindo erros, fraudes e irregularidades no uso dos recursos públicos;

IV - Governança: tem por finalidade promover a integridade, estimular a implementação de políticas de *compliance*, a adoção de práticas de transparência e combate à corrupção, criação de uma cultura organizacional baseada em valores éticos e sólidos;

Art. 2º. Fica acrescido o art. 1º-A e seus respectivos incisos na Lei Complementar nº 135, de 04 de janeiro de 2012:

Art. 1º-A - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

II - Sistema de Controle Interno - SCI: conjunto composto pelas atividades e procedimentos de controle incidente sobre os processos de trabalho da organização, envolvendo todas as unidades, todos os níveis,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 3

todas as funções e executados por todo o corpo funcional da organização. É formado pelo conjunto de unidades técnicas integradas e articuladas a partir de uma unidade central de controle interno, criada na estrutura organizacional;

III - Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria;

IV - Inspeção: procedimento de controle utilizado para avaliar a legalidade, legitimidade e economicidade de fatos específicos efetuados pelo Poder Legislativo. Tem como propósito efetuar uma análise sistêmica dos eventos, avaliando sua condição, qualidade e conformidade com os critérios estabelecidos em lei;

V - Análise Prévia: procedimento de controle amostral de avaliação preliminar realizada antes de uma atividade, projeto ou decisão. Tem por finalidade avaliar os aspectos formais, técnicos, econômicos e financeiros quando aplicável.

Art. 3º. O art. 2º e incisos IV, VII, IX, X, XI e XII da Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012, passam a vigorar com nova redação, ficando acrescidos os incisos XIII a XXII:

Art. 2º. O Departamento de Controle Interno/Controladoria é o responsável pelo Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, exerce a função constitucional de fiscalizar os sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional da Câmara Municipal de Nova Andradina, ao qual compete:

[...]

IV - realizar o controle sobre o cumprimento do limite da despesa total, gastos com pessoal e da folha de pagamento dos Vereadores, bem como a fixação de seus subsídios, nos termos da Constituição Federal e da LC nº 101/2000, informando a Presidência sobre a necessidade de providências e, em caso de não-atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 4

[...]

VII - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas e recebimento de diligências;

[...]

IX - manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a assegurar o cumprimento das melhores práticas de gestão na Câmara Municipal e sanar as possíveis irregularidades;

X - promover auditorias extraordinárias determinadas pela Presidência da Câmara Municipal;

XI - propor à Presidência a expedição de atos normativos concernentes à execução e controle da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Câmara Municipal;

XII - realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações;

XIII - orientar, acompanhar e fiscalizar os processos relativos aos atos de admissão e desligamento de pessoal, a qualquer título no Poder Legislativo Municipal;

XIV - manifestar-se, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XV - acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial ao Relatório de Gestão Fiscal, o qual assinará conjuntamente com o Presidente e Responsável pela Contabilidade, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 5

XVI - auxiliar, orientar e fiscalizar a gestão do Portal da Transparência do Legislativo Municipal;

XVII - criar mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas à regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observância obrigatória por todos os setores e agentes públicos do Poder Legislativo Municipal;

XVIII - propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XIX - coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do correspondente Poder Legislativo, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

XX - centralizar, operacionalmente, o gerenciamento do sistema e coordenar as atividades relacionadas ao e-Sfinge, bem como o credenciamento, descredenciamento ou modificação de perfil dos usuários do sistema;

XXI - emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Poder Legislativo;

XXII - estabelecer políticas voltadas à integridade, prevenção e combate à corrupção.

Art. 4º. O art. 3º da Lei Complementar N° 148, de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com nova redação, revogado o Parágrafo único e adicionados os seguintes dispositivos:

Art. 3º. O titular do Departamento de Controle Interno (DCI)/Controladoria da Câmara Municipal, denominado Diretor, será designado pelo Presidente do Poder Legislativo Municipal dentre os



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 6

servidores efetivos ocupantes do cargo de Controlador Interno e terá as seguintes atribuições:

I - Exercer a direção superior da Controladoria do Poder Legislativo, coordenando e orientando suas atividades;

II - As atividades relacionadas com as competências definidas no art. 2º;

III - Apresentar à Presidência da Câmara Municipal, relatório bimestral ou quadrimestral das atividades da Controladoria do Poder Legislativo;

IV - Manter e promover os contatos externos e com órgãos e entidades públicas, necessários ao desenvolvimento das atividades da Controladoria do Poder Legislativo;

VII - Emitir atos necessários para executar as competências estabelecidas no art. 2º desta Lei, bem como sobre a aplicação de leis, decretos e outras disposições relacionadas à área de atuação da Controladoria do Poder Legislativo;

VIII - Aprovar e encaminhar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) ao chefe do Poder Legislativo Municipal;

IX - Acompanhar a implementação das recomendações e determinações da Controladoria e dos órgãos de controle externo, informando à Presidência sobre seu cumprimento;

X - Ser o representante do Poder Legislativo no Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP e Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC ou outros que vierem a substituí-los.

§ 1º. Inexistindo nos quadros de pessoal da Câmara de Vereadores, Controlador Interno efetivo, admitir-se-á a designação temporária, de servidor de provimento efetivo ocupante de cargo que exija graduação de nível superior, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, até o preenchimento do cargo de Controlador Interno por meio de pessoal aprovado em Concurso Público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 7

§ 2º. No caso de férias, licenças e/ou afastamentos legais do titular do DCI, desde que por período inferior a 6 (seis) meses, sua substituição será realizada pelo Assessor do Departamento de Controle Interno.

Art. 5º. O art. 4º da Lei Complementar N° 148, de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com nova redação, adicionados os incisos de I a VII:

Art. 4º. O Departamento de Controle interno (DCI) será assistido por servidor público efetivo, ocupante de cargo de nível superior, denominado Assessor do Departamento de Controle Interno, a ser nomeado pelo Presidente do Poder Legislativo, e terá as seguintes atribuições:

- I - Prestar apoio técnico e administrativo ao Diretor do Departamento e/ou Controlador Interno, auxiliando na execução das atividades de controle, acompanhamento e avaliação da gestão administrativa, contábil, orçamentária e patrimonial da Câmara Municipal;
- II - Executar tarefas específicas delegadas pelo superior imediato, relacionadas à coleta, organização e análise preliminar de dados e documentos necessários às rotinas de controle interno;
- III - Elaborar minutas de relatórios, análises, planilhas, levantamentos e demais instrumentos de acompanhamento das atividades fiscalizatórias, sob orientação do Diretor e/ou do Controlador Interno;
- IV - Organizar e manter atualizados os arquivos, registros e sistemas utilizados pelo Departamento de Controle Interno, assegurando a integridade e a rastreabilidade das informações;
- V - Participar de ações de melhoria de processos, mapeamento de riscos e implementação de boas práticas de gestão e transparência, conforme diretrizes da unidade;
- VI - Acompanhar as publicações dos atos do Poder Legislativo no Diário Oficial, identificar eventuais erros e apontar as devidas correções;
- VII - Verificar se os processos licitatórios e de contratação direta, bem como os documentos que lhes dão suporte, encontram-se devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e Portal Transparência do Município, solicitando as devidas correções aos responsáveis quando necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 8

Art. 6º. O art. 5º da Lei Complementar N° 148, de 04 de janeiro de 2012 passa a vigorar com nova redação, adicionados os §§ 1º e 2º:

Art. 5º. Constituem-se em garantias do responsável do Departamento de Controle Interno (DCI) da Câmara Municipal e seu Assessor:

I - [...]

II - [...]

§1º. O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§2º. A fim de assegurar a defesa do interesse público, os membros do DCI poderão solicitar informações acessíveis aos órgãos do Poder Legislativo, que deverão prestá-las no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo esse prazo ser reduzido pela metade em situação de urgência, a pedido do titular do DCI ou prorrogado por igual período, desde que devidamente fundamentado pelo órgão requisitado.

Art. 7º. Os §§ 1º e 2º do art. 7º da Lei Complementar N° 148, de 04 de janeiro de 2012 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º [...]

§ 1º. Não havendo a regularização da situação encontrada, ou não sendo os esclarecimentos apresentados suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado a conhecimento da Presidência, para as providências cabíveis.

§ 2º. Em caso de não serem tomadas providências cabíveis pela Presidência para a regularização da situação apontada, o responsável pela Controladoria comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e/ou Ministério Público Estadual, sob as penas da lei e sem prejuízo de sua responsabilidade solidária em caso de omissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 9

Art. 8º. O parágrafo único e art. 8º da Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. A Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal acompanhará parecer emitido pelo responsável do Departamento de Controle Interno (DCI)/Controladoria e será encaminhada ao TCE com disponibilização para toda a sociedade, conforme diretrizes da lei da transparência.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Legislativo emitirá expresse e indelegável pronunciamento sobre as contas anuais e o respectivo parecer técnico de que trata o caput deste artigo, no qual atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

Art. 9º. O art. 9º da Lei Complementar Nº 148, de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com nova redação, adicionados os incisos de I a V e parágrafo único:

Art. 9º Os membros do Departamento de Controle Interno (DCI)/Controladoria para o desempenho de suas atividades e finalidades se manifestarão através de:

- I - Relatórios com análises, diagnósticos e recomendações;
- II - Inspeções in loco para acompanhamento, fiscalização e orientação;
- III - Instruções normativas, disciplinando e regulando a execução de atividades;
- IV – Auditorias;
- V - Parecer por escrito.

Parágrafo único. O Diretor do Departamento de Controle Interno (DCI) e/ou Controlador Interno, no desenvolvimento dos seus trabalhos, poderá solicitar parecer ou esclarecimento por escrito, sobre assuntos específicos, a membro do Departamento Jurídico da Câmara de Vereadores e aos demais profissionais do Poder Legislativo Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul

Lei Complementar 325/2025 pág 10

Art. 10. Fica adicionado o art. 10-A e os incisos de I a III e parágrafo único, na Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012:

Art. 10-A. É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

I – responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;

II – punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

III – condenadas, por decisão transitada em julgado, penalmente por crimes contra o patrimônio, a fé e administração pública, contra as finanças públicas, bem como civilmente por improbidade administrativa;

Parágrafo único. Além dos impedimentos capitulados no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Andradina, é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno, exercer atividade político-partidária e patrocinar causa contra a Administração Pública Municipal.

Art. 11. Ficam revogadas as Leis Complementares nº 206, de 15 de fevereiro de 2017 e nº 258, de 15 de março de 2021.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Andradina-MS, 8 de dezembro de 2025.


Leandro Ferreira Luiz Fedossi
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Edição nº 2206
Data 09 / 12 / 25

DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 325, de 8 de dezembro de 2025.

Acrescenta dispositivos e promove alterações na Lei Complementar nº 148, de 27 de agosto de 2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogado o parágrafo único e adicionados os seguintes dispositivos ao art. 1º da Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012:

Art. 1º [...]

§1º. O Departamento de Controle Interno é um órgão diretamente vinculado à Presidência da Câmara Municipal.

§2º. O Departamento de Controle Interno também será denominado Controladoria.

§3º. Para cumprir as finalidades do Sistema de Controle Interno, a Controladoria, como órgão central, executará as seguintes funções:

I - Controladoria: tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão governamental e propiciar a melhoria contínua da governança e da qualidade do gasto público, a partir da modelagem, sistematização, geração, comparação e análise de informações relativas a custos, eficiência, desempenho e cumprimento de objetivos da gestão;

II - Auditoria: função pela qual se avalia determinada matéria ou informação segundo critérios adequados e identificáveis, com o fim de expressar uma conclusão que transmita ao titular do Poder Legislativo Municipal e a outros destinatários legitimados, determinado nível de confiança sobre a matéria ou informação examinada, e que tem por finalidades:

a) verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos órgãos e entidades do Poder Legislativo Municipal, sem prejuízo do regular exercício da competência dos demais órgãos;

b) avaliar o desempenho da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, segundo os critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade;

c) avaliar a adequação, a eficiência e a eficácia da organização auditada, de seus sistemas de controle, registro, análise e informação e do seu desempenho em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais.

III - Normatização: tem por finalidade assegurar que os processos sejam consistentes, transparentes e eficazes, bem como favorecer a comunicação e a interoperabilidade entre as diversas partes interessadas. Essa função envolve a criação de normas, instruções e orientações para orientar os servidores e otimizar a gestão, prevenindo erros, fraudes e irregularidades no uso dos recursos públicos;

IV - Governança: tem por finalidade promover a integridade, estimular a implementação de políticas de *compliance*, a adoção de práticas de transparência e combate à corrupção, criação de uma cultura organizacional baseada em valores éticos e sólidos;

Art. 2º. Fica acrescido o art. 1º-A e seus respectivos incisos na Lei Complementar nº 135, de 04 de janeiro de 2012:

Art. 1º-A - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

II - Sistema de Controle Interno - SCI: conjunto composto pelas atividades e procedimentos de controle incidente sobre os processos de trabalho da organização, envolvendo todas as unidades, todos os níveis,

todas as funções e executados por todo o corpo funcional da organização. É formado pelo conjunto de unidades técnicas integradas e articuladas a partir de uma unidade central de controle interno, criada na estrutura organizacional;

III - Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira

DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016

apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria;

IV - Inspeção: procedimento de controle utilizado para avaliar a legalidade, legitimidade e economicidade de fatos específicos efetuados pelo Poder Legislativo. Tem como propósito efetuar uma análise sistêmica dos eventos, avaliando sua condição, qualidade e conformidade com os critérios estabelecidos em lei;

V - Análise Prévia: procedimento de controle amostral de avaliação preliminar realizada antes de uma atividade, projeto ou decisão. Tem por finalidade avaliar os aspectos formais, técnicos, econômicos e financeiros quando aplicável.

Art. 3º. O art. 2º e incisos IV, VII, IX, X, XI e XII da Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012, passam a vigorar com nova redação, ficando acrescidos os incisos XIII a XXII:

Art. 2º. O Departamento de Controle Interno/Controladoria é o responsável pelo Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, exerce a função constitucional de fiscalizar os sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional da Câmara Municipal de Nova Andradina, ao qual compete:

[...]

IV - realizar o controle sobre o cumprimento do limite da despesa total, gastos com pessoal e da folha de pagamento dos Vereadores, bem como a fixação de seus subsídios, nos termos da Constituição Federal e da LC nº 101/2000, informando a Presidência sobre a necessidade de providências e, em caso de não-atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado;

[...]

VII - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas e recebimento de diligências;

[...]

IX - manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a assegurar o cumprimento das melhores práticas de gestão na Câmara Municipal e sanar as possíveis irregularidades;

X - promover auditorias extraordinárias determinadas pela Presidência da Câmara Municipal;

XI - propor à Presidência a expedição de atos normativos concernentes à execução e controle da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Câmara Municipal;

XII - realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações;

XIII - orientar, acompanhar e fiscalizar os processos relativos aos atos de admissão e desligamento de pessoal, a qualquer título no Poder Legislativo Municipal;

XIV - manifestar-se, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XV - acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial ao Relatório de Gestão Fiscal, o qual assinará conjuntamente com o Presidente e Responsável pela Contabilidade, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XVI - auxiliar, orientar e fiscalizar a gestão do Portal da Transparência do Legislativo Municipal;

XVII - criar mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas à regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observância obrigatória por todos os setores e agentes públicos do Poder Legislativo Municipal;

XVIII - propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016

XIX - coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do correspondente Poder Legislativo, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

XX - centralizar, operacionalmente, o gerenciamento do sistema e coordenar as atividades relacionadas ao e-Sfinge, bem como o credenciamento, descredenciamento ou modificação de perfil dos usuários do sistema;

XXI - emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Poder Legislativo;

XXII - estabelecer políticas voltadas à integridade, prevenção e combate à corrupção.

Art. 4º. O art. 3º da Lei Complementar Nº 148, de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com nova redação, revogado o Parágrafo único e adicionados os seguintes dispositivos:

Art. 3º. O titular do Departamento de Controle Interno (DCI)/Controladoria da Câmara Municipal, denominado Diretor, será designado pelo Presidente do Poder Legislativo Municipal dentre os servidores efetivos ocupantes do cargo de Controlador Interno e terá as seguintes atribuições:

I - Exercer a direção superior da Controladoria do Poder Legislativo, coordenando e orientando suas atividades;

II - As atividades relacionadas com as competências definidas no art. 2º;

III - Apresentar à Presidência da Câmara Municipal, relatório bimestral ou quadrimestral das atividades da Controladoria do Poder Legislativo;

IV - Manter e promover os contatos externos e com órgãos e entidades públicas, necessários ao desenvolvimento das atividades da Controladoria do Poder Legislativo;

VII - Emitir atos necessários para executar as competências estabelecidas no art. 2º desta Lei, bem como sobre a aplicação de leis, decretos e outras disposições relacionadas à área de atuação da Controladoria do Poder Legislativo;

VIII - Aprovar e encaminhar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) ao chefe do Poder Legislativo Municipal;

IX - Acompanhar a implementação das recomendações e determinações da Controladoria e dos órgãos de controle externo, informando à Presidência sobre seu cumprimento;

X - Ser o representante do Poder Legislativo no Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP e Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC ou outros que vierem a substituí-los.

§ 1º. Inexistindo nos quadros de pessoal da Câmara de Vereadores, Controlador Interno efetivo, admitir-se-á a designação temporária, de servidor de provimento efetivo ocupante de cargo que exija graduação de nível superior, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, até o preenchimento do cargo de Controlador Interno por meio de pessoal aprovado em Concurso Público.

§ 2º. No caso de férias, licenças e/ou afastamentos legais do titular do DCI, desde que por período inferior a 6 (seis) meses, sua substituição será realizada pelo Assessor do Departamento de Controle Interno.

Art. 5º. O art. 4º da Lei Complementar Nº 148, de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com nova redação, adicionados os incisos de I a VII:

Art. 4º. O Departamento de Controle interno (DCI) será assistido por servidor público efetivo, ocupante de cargo de nível superior, denominado Assessor do Departamento de Controle Interno, a ser nomeado pelo Presidente do Poder Legislativo, e terá as seguintes atribuições:

I - Prestar apoio técnico e administrativo ao Diretor do Departamento e/ou Controlador Interno, auxiliando na execução das atividades de controle, acompanhamento e avaliação da gestão administrativa, contábil, orçamentária e patrimonial da Câmara Municipal;

II - Executar tarefas específicas delegadas pelo superior imediato, relacionadas à coleta, organização e análise preliminar de dados e documentos necessários às rotinas de controle interno;

III - Elaborar minutas de relatórios, análises, planilhas, levantamentos e demais instrumentos de acompanhamento das atividades fiscalizatórias, sob orientação do Diretor e/ou do Controlador Interno;

DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016

IV - Organizar e manter atualizados os arquivos, registros e sistemas utilizados pelo Departamento de Controle Interno, assegurando a integridade e a rastreabilidade das informações;

V - Participar de ações de melhoria de processos, mapeamento de riscos e implementação de boas práticas de gestão e transparência, conforme diretrizes da unidade;

VI - Acompanhar as publicações dos atos do Poder Legislativo no Diário Oficial, identificar eventuais erros e apontar as devidas correções;

VII - Verificar se os processos licitatórios e de contratação direta, bem como os documentos que lhes dão suporte, encontram-se devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e Portal Transparência do Município, solicitando as devidas correções aos responsáveis quando necessário.

Art. 6º. O art. 5º da Lei Complementar Nº 148, de 04 de janeiro de 2012 passa a vigorar com nova redação, adicionados os §§ 1º e 2º:

Art. 5º. Constituem-se em garantias do responsável do Departamento de Controle Interno (DCI) da Câmara Municipal e seu Assessor:

I - [...]

II - [...]

§1º. O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§2º. A fim de assegurar a defesa do interesse público, os membros do DCI poderão solicitar informações acessíveis aos órgãos do Poder Legislativo, que deverão prestá-las no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo esse prazo ser reduzido pela metade em situação de urgência, a pedido do titular do DCI ou prorrogado por igual período, desde que devidamente fundamentado pelo órgão requisitado.

Art. 7º. Os §§ 1º e 2º do art. 7º da Lei Complementar Nº 148, de 04 de janeiro de 2012 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º [...]

§ 1º. Não havendo a regularização da situação encontrada, ou não sendo os esclarecimentos apresentados suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado a conhecimento da Presidência, para as providências cabíveis.

§ 2º. Em caso de não serem tomadas providências cabíveis pela Presidência para a regularização da situação apontada, o responsável pela Controladoria comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e/ou Ministério Público Estadual, sob as penas da lei e sem prejuízo de sua responsabilidade solidária em caso de omissão.

Art. 8º. O parágrafo único e art. 8º da Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. A Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal acompanhará parecer emitido pelo responsável do Departamento de Controle Interno (DCI)/Controladoria e será encaminhada ao TCE com disponibilização para toda a sociedade, conforme diretrizes da lei da transparência.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Legislativo emitirá expresso e indelegável pronunciamento sobre as contas anuais e o respectivo parecer técnico de que trata o caput deste artigo, no qual atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

Art. 9º. O art. 9º da Lei Complementar Nº 148, de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com nova redação, adicionados os incisos de I a V e parágrafo único:

Art. 9º Os membros do Departamento de Controle Interno (DCI)/Controladoria para o desempenho de suas atividades e finalidades se manifestarão através de:

I - Relatórios com análises, diagnósticos e recomendações;

II - Inspeções in loco para acompanhamento, fiscalização e orientação;

III - Instruções normativas, disciplinando e regulando a execução de atividades;

IV – Auditorias;

DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016

V - Parecer por escrito.

Parágrafo único. O Diretor do Departamento de Controle Interno (DCI) e/ou Controlador Interno, no desenvolvimento dos seus trabalhos, poderá solicitar parecer ou esclarecimento por escrito, sobre assuntos específicos, a membro do Departamento Jurídico da Câmara de Vereadores e aos demais profissionais do Poder Legislativo Municipal.

Art. 10. Fica adicionado o art. 10-A e os incisos de I a III e parágrafo único, na Lei Complementar nº 148, de 04 de janeiro de 2012:

Art. 10-A. É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

I – responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;

II – punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

III – condenadas, por decisão transitada em julgado, penalmente por crimes contra o patrimônio, a fé e administração pública, contra as finanças públicas, bem como civilmente por improbidade administrativa;

Parágrafo único. Além dos impedimentos capitulados no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Andradina, é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno, exercer atividade político-partidária e patrocinar causa contra a Administração Pública Municipal.

Art. 11. Ficam revogadas as Leis Complementares nº 206, de 15 de fevereiro de 2017 e nº 258, de 15 de março de 2021.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Andradina-MS, 8 de dezembro de 2025.

Leandro Ferreira Luiz Fedossi

PREFEITO MUNICIPAL